

## **Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas**

Edgilson Tavares de Araújo<sup>1</sup>

Rosana de Freitas Boullosa<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este ensaio teórico busca contribuir com o debate acerca do conceito de gestão social, problematizando-o em suas relações de pertinência com dois outros conceitos: esfera pública e esfera social. Seu ponto de partida foi a percepção de uma presença crescente da associação entre tais duplas de conceitos (gestão social com esfera pública e gestão social com esfera social) nas apresentações e publicações resultantes dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs). Buscamos explorar tais associações em suas raízes epistemológica e ontológica, pois, enquanto na primeira problematiza a natureza do conhecimento, a segunda nos leva a problematizar a natureza da realidade e de quem a compõe.

**Palavras-chave:** gestão social; esfera pública; esfera social

### **Abstract**

This theoretical essay seeks to contribute to the debate about the concept of social management, questioning the relevance in their relations with two other concepts: the public sphere and the social sphere. His starting point was the perception of a growing presence of association between pairs of such concepts (social management with social management and public sphere with social sphere) in presentations and publications, and resulting in the National Meetings of Researchers in Social Management (Enapegs). We seek to explore these associations in their epistemological and ontological roots, because whereas the first discusses the nature of knowledge, the second leads us to question the nature of reality.

**Keywords:** social management; public sphere; social sphere

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Centro de Artes, Humanidades e Letras (Ufrb/Cahl), Cachoeira – Bahia - Brasil. Doutor em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Universidade Católica Portuguesa - Lisboa - Portugal). E-mail: edgilson@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia / Escola de Administração (EAUFBA), Salvador da Bahia, Brasil. Doutora em Políticas Públicas (Universidade de Veneza). E-mail: zanzanzan@gmail.com

**Resumen**

Este ensayo teórico tiene como objetivo contribuir al debate sobre el concepto de la gestión social, cuestionando la relevancia en sus relaciones con otros dos conceptos: la esfera pública y la esfera social. Su punto de partida fue la percepción de una creciente presencia de asociación entre pares de conceptos (gestión social con la esfera pública y gestión social con la esfera social), en presentaciones y publicaciones resultantes de los Encuentros Nacionales de Investigadores en Gestión Social (Enapegs). Tratamos de explorar estas asociaciones en sus raíces epistemológicas y ontológicas, ya que mientras el primero se analiza la naturaleza del conocimiento, la segunda nos lleva a cuestionar la naturaleza de la realidad y que lo componen.

**Palabras-clave:** gestión social; esfera publica; esfera social

## 1. Introdução

A gestão social é um campo de práticas e conhecimentos que vem se desenvolvendo no Brasil desde meados dos anos 1990, conquistando cada vez mais espaço na academia brasileira, inicialmente na área de Administração e, mais recentemente, em Serviço Social e em outras áreas. Em pouco menos de duas décadas, a noção de gestão social se tematizou ao ponto de passar a se constituir como um razoavelmente difuso objeto de pesquisa e, sobretudo, como um campo de estudos capaz de acolher diferentes iniciativas de pesquisa que se encontravam desconfortáveis dentro de outras áreas de conhecimento (Administração, Economia, Ciência Política, dentre outros), explicando, em parte, a grande pluralidade que marca atualmente a natureza dos estudos em ou de gestão social. Com as primeiras adesões (*labeling process*), não obstante a já diversidade apresentada, a gestão social rapidamente se transforma em temática, fundindo-se com os interesses de pesquisa em alguns importantes lócus de produção acadêmica em Administração<sup>3</sup>. Surgem assim os primeiros grupos de pesquisa sobre o gestão social, ainda no começo dos anos 2000, que vão dar origem a diferentes abordagens de estudo em gestão social. Quase em concomitância, os primeiros esforços para oferecer percurso de formação em gestão social são empreendidos em nível de extensão universitária, em seguida, de pós-graduação, até chegar a oferta de formação em nível de graduação, a partir de 2009, hoje presentes em três universidades brasileiras (Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS e Universidade Federal do Cariri do Ceará - UFCA). Este movimento de construção do campo da gestão foi modelizado pelas autoras Boullosa e Schommer (2008; 2009) como um movimento de institucionalização precoce e, mais tarde, objeto de pesquisa das duas primeiras teses de doutoramento sobre a formação deste campo da gestão social, ambas em 2012. A primeira delas, de Airton Cançado, defendida na Universidade Federal de Lavras, no Doutorado em Administração, defende a existência da gestão social como uma área de conhecimento disciplinar; e a segunda, de Edgilson Tavares de Araújo, na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), no Doutorado em Serviço Social, defende tratar-se ainda de um campo em construção, cujas principais lacunas seriam a inexistência de interditos e a excessiva endogenia. Anteriormente, há a tese de Marilene Maia (2005), no Doutorado em Serviço Social, da Pontifícia

---

<sup>3</sup> Os principais grupos de então são: Universidade Federal da Bahia, que já estudava o tema do poder local; Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, com democracia, participação e gestão de projetos sociais; e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estudos sobre terceiro setor.

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que trata da práxis da gestão social em organizações sociais.

Sem querer entrar na discussão sobre o grau de maturidade do campo, uma das características do estudo da gestão social é recorrência explicativa do conceito a um conjunto muito pequeno de autores<sup>4</sup> e de conceitos orientadores<sup>5</sup>, o que pode ser em grande parte explicado pela sua própria institucionalização precoce. Dentre estes conceito, um se destaca bastante. Trata-se do conceito de esfera pública, que aparece com muita frequência nos debates e na produção da pesquisa sobre/em/de gestão social. Este conceito chega ao campo da gestão social por Fernando Tenório, já em seus primeiros escritos sobre o tema, em 1998, vai conquistando muitos pesquisadores que vem nele, de certa forma, a expressão teórica do lócus da gestão social. Uma das evidências da importância do conceito de esfera pública pode ser encontrado na presença de Jürgen Habermas como o quarto autor<sup>6</sup> mais citado em toda a produção bibliográfica presente nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), que vem sendo realizado anualmente desde 2007 (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2012). Uma ulterior evidência foi a presença do conceito no tema geral do VI ENAPEGS, intitulado “Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública”, que, não somente admite a íntima relação entre os dois conceitos, como também hipnotiza que a gestão social poderia redefinir o próprio conceito de esfera pública.

A discussão da relação de pertencimento, identidade e/ou complementação entre os conceitos de gestão social e esfera pública já vem sendo objeto de estudos de alguns pesquisadores, motivados provavelmente, de um lado, pela forte presença do conceito de esfera pública no campo da gestão social e, do outro, pela busca de ampliar e reforçar tais laços, por aproximações e diferenças. Tais pesquisas, porém, parecem se limitar ao plano da discussão epistemológica, problematizando pouco a natureza da própria gestão social em sua relação com a esfera pública, além de buscarem um diálogo um pouco fechado entre tais noções, deixando de fora, por exemplo, uma terceira noção que muitos vezes vem sendo utilizada

---

<sup>4</sup> Dentre estes autores, destacam-se Fernando Tenório, Tânia Fischer e Genauto França Filho, cada um deles representando uma clara filiação intelectual na definição do conceito;

<sup>5</sup> Não obstante este quadro de autorreferencialidade tenha começado a pluralizar-se, alguns conceitos orientadores que estavam presentes desde os primeiros escritos sobre o tema ainda continuam fortes na definição do campo.

<sup>6</sup> Os dez autores mais citados são, em ordem de recorrência são: Fernando Tenório, Genauto França Filho, Tânia Fischer, Jungen Habermas, Ladislau Dowbor, Rosana Boullosa, Amartya Sen, Paula Schommer, Boaventura Souza Santos e Ana Paula Paes de Barros (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2012)

quase como sinônimo de esfera pública, como é o caso da noção de esfera social. A noção de esfera social, extremamente presente nas apresentações e discussões sobre gestão social durante os ENAPEGS, possui sua validade e um conjunto de verdades que lhe são próprios e que muitas vezes contradizem ou, no mínimo, se situam em um lócus bastante diferente da esfera pública. A partir desta reflexão, a pesquisa

Assim, este trabalho assumiu como objeto a triangulação entre gestão social, esfera pública e esfera social, para buscar compreender, de um lado, pertinência da cumplicidade entre os mesmos e, por outro, ajudar a discutir a natureza e expandir as fronteiras da gestão social.

## **2. SOBRE O CONCEITO DE GESTÃO SOCIAL**

Indutivamente, a partir de práticas pontuais e cooperações entre organizações públicas e privadas em torno da coresponsabilização e coprodução do bem público, vão-se criando fundamentos epistemológicos para a concepção de gestão social. Com *managing* de práticas em projetos e programas sociais, novos formatos organizacionais (redes, consórcios intermunicipais, fóruns, arranjos produtivos locais, incubadoras de empreendimentos solidários etc.) e outros processos mobilizadores da sociedade surgidos na década de 1990, o arcabouço teórico-metodológico da gestão social vem-se estruturando. No campo acadêmico, prioriza-se novas agendas de pesquisa e extensão, mesmo sem que haja maior precisão quanto aos usos e abusos desse novo contorno conceitual, principalmente na área de Administração. Num movimento paralelo, o Serviço Social discute – ainda que timidamente – a gestão social, demandando a profissionalização gerencial, valorizando-se competências técnico-instrumentais e não só as atitudinais, traduzidas pela racionalidade substantiva (ARAÚJO, 2012)

Na transição entre o século XX e XXI a gestão social precocemente se institucionaliza (não por acaso), por meio frequentemente atrelada aos conceitos de sustentabilidade, território e desenvolvimento. A adjetivação proposital ao conceito de gestão apresenta-se como construto inovador que denomina e domina na contemporaneidade a agenda política. A gestão social apresenta-se, portanto, como estratégia política dominante, capaz de dar sentido e reconhecimento a experiências localizadas “até então dispersas (ou que corriam o risco de dispersão) ocupando certo vazio de etiquetagem (*labeling*) que muitas delas vivenciavam” (BOULLOSA, SCHOMMER, 2009, p. 4).

De modo precoce, às vezes prematuro, criaram-se novas institucionalidades, fundando diferentes grupos e centros de pesquisa numa tentativa de diálogo entre a gestão e outros campos do conhecimento. Empreendedorismo Social, Inovação Social, Economia Solidária, Arranjos Produtivos Locais, Indústrias Criativas, Tecnologias Sociais, entre outras inovações conceituais ou de nomenclaturas que passam a moldar o campo da gestão social sob a égide da possibilidade da ocorrência de mutações sociais, inclusive das políticas públicas. Tais objetos têm sido, por exemplo, amplamente debatidos em encontros específicos, como os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs), reunindo pesquisadores, acadêmicos, estudantes e sociedade civil. Vários cursos, eventos e publicações legitimam o culto ao símbolo da Gestão Social enquanto labeling inovadora (ARAÚJO, 2012).

Junto à supervalorização de práticas híbridas e, por vezes, contraditórias (inclusive reconhecidas pelos pesquisadores do próprio campo), percebe-se o movimento de modelização da gestão social que passa de um processo a um produto inovador (BOULLOSA, SCHOMMER, 2009) que busca caracterizar um gestor do trabalho social capaz de atuar como mediador de redes e relações sociais mutáveis e emergentes. Trata-se aqui não só de pensar a gestão organizacional como mero processo interno de atuação dos agentes institucionais, mas de um modo de externalidade das organizações (ARAÚJO, 2012).

Com a emergência e proliferação do uso da terminologia gestão social na agenda política e midiática, é importante sabermos e distingui-la em termos conceituais e práticos. Isso leva a duas tendências: primeiro, a própria banalização do termo, já que o universo de práticas sociais passa a ter um novo contorno, e tudo que não é caracterizado como gestão tradicional passa a ser social; segundo, a emergência do chamado terceiro setor dando novas configurações nas relações entre Estado e sociedade para enfrentamento dos problemas sociais (FRANÇA FILHO, 2003, 2008; CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011). Além de um risco epistemológico, há uma confusão com relação as diversas práticas gerenciais e de ação social realizadas por organizações públicas e privadas. Como questiona Araújo (2010, p.66): “O que de fato está-se referindo, quando se fala em gestão social?” Ao se tratar de gestão, cujo modo, objeto e finalidade é o social, deve-se atentar para que tipo de gerenciamento, com quais finalidades, características e racionalidades opera e adota. A questão é em que medida a qualificação da gestão como social altera essencialmente a concepção de gestão? (ARAÚJO et al, 2011).

Compreende-se que se trata de um conceito em construção, com características híbridas devido à mistura de elementos que o compõem, inclusive por se tratar de um vocábulo composto por categorias inicialmente antagônicas (gestão E social). Levando-se em conta

também o caráter ambíguo, a gestão social pode ser considerada em dois ou mais sentidos, permitindo a presença do “ou”. O caráter ambivalente, quase natural desse termo, remete à definição de Bauman (1999, p.9) sobre ambivalência: “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar”. Isso gera um desconforto pela incapacidade de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas. Porém, a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso, pois decorre da necessidade de nomear e classificar, de “postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois, que cada entidade tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõem a algumas outras entidades” (BAUMAN, 1999, p.11). No caso da gestão social, parece haver um direcionamento claro para a sua finalidade, mas não se consegue distinguir com clareza o que a diferencia em termos paradigmáticos e de práticas. Surgem algumas inquietações: Qual a pluralidade de concepções sobre gestão social? Quais seus fundamentos epistemológicos? Está claro o que de fato classifica-se como gestão social? Tudo pode remeter àquilo que se queira anunciar por gestão social? (ARAÚJO, 2010)

Neste contexto, surgem alguns autores de referência para a comunidade epistêmica da gestão social, buscado traçar delimitadores conceituais sobre o termo. Um dos autores bastante citado no campo é Tenório (2008, p. 39) que define inicialmente o conceito em 1998 e o revisita em 2008, reafirmando que gestão social como “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)”. O autor faz uma análise a partir das categorias Estado-sociedade, capital-trabalho, gestão estratégica *versus* gestão social, democracia deliberativa. A base analítica utilizada é a teoria da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, trazendo o “agir comunicativo” e a ideia de “esfera pública” como base da gestão social, no sentido que de por meio do diálogo, se amplia a intersubjetividade e se compartilha a autoridade decisória, promovendo uma evolução social.

Em outra direção, Fischer (2002) caracteriza a gestão social enquanto a “gestão do desenvolvimento social”, enquanto campo de relações de poder, conflito e aprendizagem. Analisa como um espaço “reflexivo das práticas e conhecimentos constituídos por múltiplas disciplinas” e um “processo de mediação social” entre indivíduos, grupos, organizações, coletividades, redes e interorganizações. Enfatiza a necessidade de entrelaçamento das

dimensões praxiológicas e epistemológicas já acumuladas, apontam uma “proposta préparadigmática” da gestão social.

França Filho (2003, 2008, p. 12) propõe um conceito de gestão social que possa “absorver tanto a dimensão de processo ou meio (como opera a gestão), quanto aquela da finalidade (quais os objetivos da gestão)”. Enquanto fim (nível macro), aproximar-se-ia da gestão pública, pois ambas buscam atender as demandas e necessidades da sociedade. Enquanto processo, visto como um meio, busca subordinar as lógicas instrumentais [típicas da gestão privada/estratégica] a outras lógicas, mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas. Para isso, o autor desconstrói o conceito lógico do que seria uma gestão social, buscando compreender a complexidade da problemática da sociedade (nível societário) e a modalidade específica de gestão (nível organizacional), perpassando a gestão pública, privada e da sociedade civil.

Para Boullosa e Schommer (2009, p.1 – itálico das autoras), “a noção de *gestão social* indica e fortalece um novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos”. Afirmam que a gestão social traz forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social, sinalizando para o processo de co-produção dos bens públicos. As autoras afirmam que o termo passou a ser um construto estratégico criado por grupos de atores sociais e comunidades de prática para conceituar e contextualizar experiências criativas de gestão territorialmente localizada e situada entre o Estado, mercado e sociedade civil (BOULLOSA, SCHOMMER, 2008).

Araújo (2012), analisa comparativamente estes e outros autores chegando a algumas noções comuns sobre a gestão social na ótica destes: a forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social; a dialogicidade, horizontalidade e solidariedades nas relações; a atuação intersetorial e interorganizacional. Logo, para este autor, “não há uma interpretação unívoca do conceito de gestão social” (p.75), mas se trata de um conceito em formação, um conceito *in progress* (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009). A gestão social teria, portanto, múltiplas possibilidades interpretativas, constituindo um “campo”, como cunhado por Bourdieu (1989, 2004), em analogia à noção de campo gravitacional, sendo útil para colocar a perspectiva das posições, das relações, dos discursos e da lógica e sentido que guiam a ação dos sujeitos ao interior de cada âmbito de atuação. Ou seja, a ideia de campo trata de um espaço social estruturado de posições e interações objetivas cujas propriedades podem ser analisadas de forma independente dos agentes que nela participem, centradas na produção, distribuição e apropriação de um capital que, neste caso, se trata de um capital social, simbólico e intelectual. Na teoria dos campos, Bourdieu faz referência aos sujeitos individuais, porém no



caso da gestão social, refere-se aqui aos sujeitos coletivos, em espaços dialógicos, “inclusive no sentido desse ser conceito ser instituinte e não instituído” (ARAÚJO, 2012, p. 75).

Pela decomposição dos conceitos e nortes conceituais da gestão social, pode-se afirmar que a gestão social é se constitui num espaço de interação, logo uma esfera social; mas, também uma possibilidade de mutação e ampliação do espaço público, enquanto elemento mediador das relações que no processo de gestão se estabelecem.

Araújo (2012), usando a imagem do funil, enquanto uma boa metáfora para definir o campo da gestão social e suas possíveis vertentes conceituais, mostra que num *mix* liquidificado de conceitos envolvendo as discussões sobre co-produção do bem público e relações intersetoriais, cidadania e participação, desenvolvimento socioterritorial por meios de suas diversas formas de intervenção gera-se a noção de gestão social. Esta pode remeter a três vertentes conceituais e não excludentes: gerenciamento de organizações que atuam na área social; gerenciamento de ações públicas sociais; e campo de atuação. Desse modo, a gestão social definida pelo seu modo, finalidade e objeto, ao mesmo tempo, conforme demonstrado na figura a seguir:

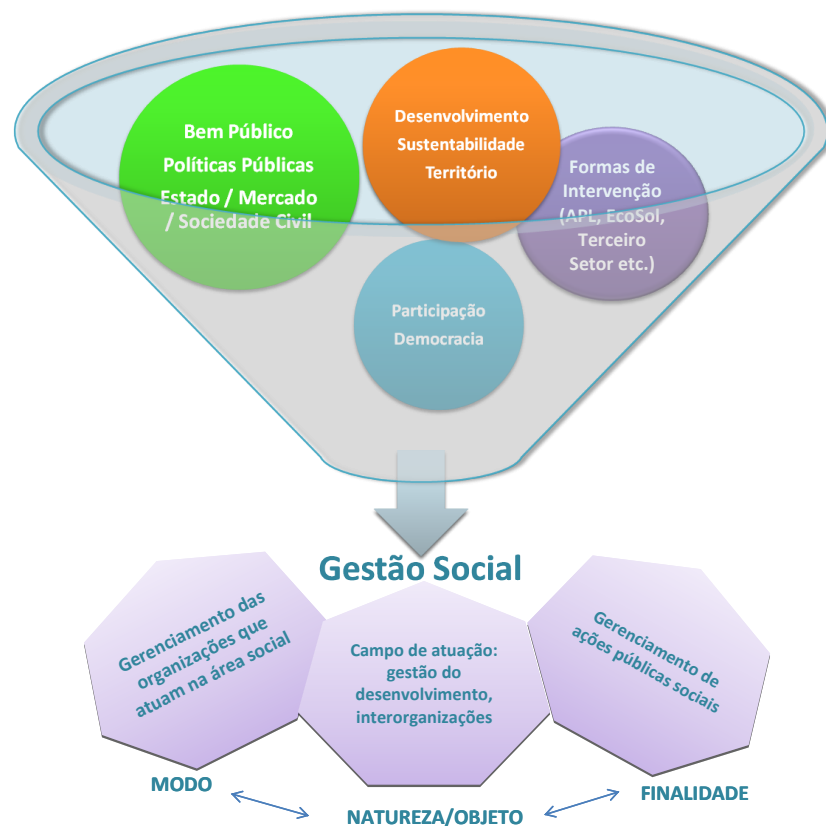


Figura 1 - Vertentes conceituais e analíticas da gestão social  
 FONTE: Araújo (2012, p. 78)

Pela figura 1, pode-se inferir que da pluralidade conceitual da gestão social observam-se diferentes vertentes conceituais, apresentadas num mix de conceitos envolvendo as discussões sobre coprodução do bem público, relações intersectoriais, democracia, cidadania, participação, desenvolvimento socioterritorial. Enquanto modo de gestão, trata-se de uma modalidade que pressupõe um humanismo radical, criatividade e ética. Enquanto objeto social para lidar com as contingências entre o público e o privado na consolidação das democracias, remete aspectos teórico-metodológicos referentes a novos formatos organizacionais e novos modos de gerir, evidenciando a solidificação e institucionalização (por vezes, precoce) de um campo epistemológico e ético-político, que busca explicar as relações e processos sociais. Como finalidade, remete a aproximação com a formulação e implementação das políticas públicas. Araújo (2012), porém, adverte que, mais do que tentar definir precisamente se a gestão social é um modo específico de gestão, uma finalidade da gestão, uma gestão cujo objeto é o social, é importante conhecer a pluralidade conceitual existente, analisando suas possíveis consistências e inconsistências, suas ambiguidades e ambivalências.

## **2. SOBRE O CONCEITO DE ESFERA / ESPAÇO PÚBLICO**

Como inicialmente anunciado, existem aproximações entre gestão social e esfera pública, fundamentando inclusive as definições mais clássicas como a de Tenório (2008). O estudo de Oiveira, Cançado e Pereira (2010), traz uma análise pormenorizada e defende tal aproximação epistemológica. Por outro lado, Pimentel e Pimentel (2010), alegam que essa é uma aproximação equivocada. Neste sentido, cabe trazeremos uma breve explicitação sobre o conceito de esfera pública e algumas das suas interpretações.

A noção de público e privado precede a compreensão do que vem a ser o “social” que adjectiva a gestão social. Deste modo, tem sido comum associar tais conceitos para explicar a gestão social, considerando que esta tende a ocorrer enquanto processo e finalidade em espaços complexos e híbridos, em novas configurações institucionais e organizacionais em torno da discussão sobre as possibilidades e necessidades de ampliação do espaço público. Porém, a qual espaço público se refere? Em que perspectiva epistêmica e ontológica? Logo, cabe aqui, fazer uma breve explanação sobre o que vem a ser a esfera / espaço público, como nasce na antiguidade e quais as compreensões contemporâneas.

Historicamente, a natureza do público se dava, desde a antiguidade grega clássica, no espaço da praça pública - local onde os cidadãos se reuniam para debater as ações inerentes ao governo da cidade. Era comum a imagem do homem público como ator pela valorização da

arte de representar, que separava a *personalidade* do *papel* para atuação na esfera pública enquanto espaço político da ação comum. Assim, enquanto o público se sustentava na “*figuração*” da apresentação de si, sob um conjunto de rituais de belos discursos, vestuários e comportamentos na praça pública, o privado estava ligado ao domicílio e ao econômico, assim como à dignidade, moral e ética necessárias à participação na vida pública (WANDERLEY, 1996; DUPAS, 2003).

O termo “público” denota a tudo que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível, bem como pode significar o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. O termo “privado”, em sua acepção original de privação, tem significado peculiar antes da era moderna. A propriedade privada era vista como condição axiomática para admissão à esfera pública; e mais que isso, não possuir um lugar próprio e privado significava deixar de ser humano (ARENDDT, 2007).

O conceito de esfera / espaço público moderno nasce, portanto, no século XVIII, com o Iluminismo, e se consolida com as revoluções americana e francesa, juntamente com a institucionalização de certos direitos políticos e civis, e a constituição do sistema judiciário para mediar conflitos. Como contestação ao absolutismo, ao domínio público regido pela razão do Estado, surgem as primeiras “esferas públicas” burguesas, pelo intercâmbio de experiências de pessoas privadas reunidas em cafés, clubes e salões. Formava-se, assim, um espaço de intermediação envolvendo instituições e práticas sociais com interesses privados dos indivíduos, no sentido moral de haver uma emancipação, ao originarem demandas dos cidadãos, suas preocupações com a vida pública, os interesses comuns e a formação de consensos contra formas de poder arbitrário.

A divisão extremamente difusa entre as esferas pública e privada, entre a *polis* e a família, entre as atividades pertinentes ao mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida corresponde a uma nova concepção que não é a ciência política, mas a “economia nacional” ou “economia social”, que indicam uma espécie de “administração doméstica coletiva”. O que passa a ser chamado de “sociedade” é “o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada de “nação” (ARENDDT, 2007, p. 38). A esfera da *polis*, ao contrário da esfera da família, era o espaço da liberdade e esta só ocorria se conseguisse dar conta das necessidades da vida.

Para Arendt (2007), a distinção entre as esferas pública e privada é feita a partir do ponto de vista da privatividade e não do corpo político. Logo, há uma indicação que a sociedade constitui a organização pública do próprio processo vital e que a esfera social transformou

todas as comunidades modernas em sociedades em torno da única atividade necessária para manter a vida, o labor. A excelência (*arete* para os gregos e *virtus* para os romanos) em torno dessa questão sempre foi reservada à esfera pública, onde uma pessoa podia sobressair-se e distinguir-se das demais.

Cabe lembrar que a noção de esfera pública trazida inicialmente por Habermas, autor bastante usado nos estudos sobre gestão social, principalmente, por Tenório (2008) que cita o seguinte conceito de esfera pública de Habermas (1997) afirmando que esta “pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (TENÓRIO, 2008, p. 41 apud HABERMAS, 1997, vol. II, p. 92). O autor ressalta que tal conceito pressupõe “igualdade de direitos individuais (sociais, políticos e civis) e discussão, sem violência ou qualquer outro tipo de coação, de problemas por meio da autoridade negociada entre os participantes do debate” (p. 41). Portanto, para este a esfera pública está relacionada a possível liberdade do “agir comunicativo”, numa perspectiva dialógica e descentralizada de diagnóstico, proposição e deliberação consensual sobre os problemas de pública relevância, por meio do entendimento mútuo. Por isso, a associação direta com a ideia de gestão social e, conseqüentemente, aos espaços de “participação cidadã” e “cidadania deliberativa” como, por exemplo, os fóruns, conferências, conselhos gestores de políticas públicas, ou mesmo, nos novos arranjos interinstitucionais como os consórcios intermunicipais e redes (locus precípua da gestão social).

Cabe, porém, ressaltar aqui, que estudos de Habermas destacam inicialmente a “esfera pública burguesa” que pode ser concebida antes de tudo como,

a esfera em que pessoas privadas se juntam enquanto um público; bem cedo, reclamaram que essa esfera pública fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas; de forma a incluí-las num debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada, mas publicamente relevante. [Para concluir que] O meio deste confronto político era peculiar e não tinha precedente histórico: o uso público da razão pelos intervenientes (*öffentliches Rasonnement*) (HABERMAS, 1962, p. 27).

Para Habermas havia uma possível igualdade dentro da segregadora “esfera pública burguesa”, que mesmo com a submersão da “esfera pública plebeia”, manifestada em algumas tradições anarquistas do movimento operário, cotinuavam orientadas pela primeira. Logo, cabe questionar se numa sociedade de classes, com culturas políticas manipuladoras, como no caso do Brasil, quais os limites do entendimento de esfera pública na contemporaneidade a partir da lógica do “agir comunicativo” e como isso se maifesta no conceito de gestão social.

Dupas (2003, p.60) esclarece que, durante o Século XIX e na pós-modernidade<sup>7</sup>, os interesses privados começaram a assumir funções políticas nas mídias e no Estado, influenciando para que o espaço público fosse convertido num *espaço publicitário e midiático* e atendesse a interesses privados, principalmente das grandes corporações. “O cidadão foi empurrado para a posição de espectador e consumidor passivo, e a esfera pública passou a ser dominada pela manipulação midiática das elites”. Adiante o autor, analisando comparativamente as tendências europeias e norte-americanas, reforça que se inaugurou: “uma sociedade de caráter corporativo e organizacional, com características decisórias, programáticas, informáticas e de imediatismo operacional [...] que determinam a estruturação do espaço público por meio das mídias, adquirindo na prática um quase monopólio de acesso a ele” (DUPAS, 2003, p. 57-58). A partir da reflexão de Dupas (2003), pode-se afirmar, então, que vivemos numa *sociedade midiática*, que trouxe uma *refeudalização*<sup>8</sup> do espaço público e *vassalização* da *opinião pública* pelos partidos, sindicatos, associações e corporações (WANDERLEY, 1996). Assim, o social reconhecido historicamente pelo seu caráter de benevolência e da vida mundana, de festas e encontros, e que, mais recente, toma a forma da boa estratégia de negócio e afirmação do capital, passa a constituir-se como espaço de politização (MAIA, 2005).

Para Tenório (2008), o espaço público habermasiano seria a possibilidade de interação dialógica entre o Estado, sociedade civil e mercado para implementar políticas públicas, por exemplo, o que aproximaria ao conceito de gestão social. Neste mesmo sentido, porém, sem citar Habermas, Schommer e França Filho (2008, p. 68), enfatizam as especificidades da gestão social, a partir da ampliação do público não sendo apenas o estatal, mas somando-se a sociedade civil, bem como quanto a inversão da prioridade para as finalidades sociais das organizações em detrimento das econômicas, afirmando que: "Para além do campo das organizações da sociedade civil, a gestão social se elabora num espaço público, inclusive na confluência entre os espaços estatal e societário ou na articulação entre Estado e sociedade, podendo incluir o mercado".

Cabe salientar que próprio Habermas reconhece que há múltiplos usos e implicações do uso da expressão "espaço público" na contemporaneidade, gerando múltiplos significados concorrentes ou mesmo a indefinição (TEODÓSIO, 2010). Logo, do ponto de vista epistemológico, até pode-

<sup>7</sup> O termo pós-modernidade é usado para caracterizar sociedades desenvolvidas e posições desaprovadoras quanto ao uso de grandes narrativas e filosofias metafísicas. “É, pois, uma forma de crítica aos fundamentos racionalistas do modernismo, bem como às condições econômicas, políticas, sociais e tecnológicas produzidas pelo capitalismo e [pela] a globalização” (ARAÚJO, 2006 apud GUHR, 2002, p. 155).

<sup>8</sup> Essa expressão é utilizada por Jürgen Habermas para explicar que, durante o Século XIX, os interesses privados começaram a assumir funções políticas nas mídias e no Estado (DUPAS, 2003).

se considerar que o espaço público seja o espaço da gestão social, porém, no plano ontológico, isso parece está associado diretamente a vieses normativos (como fazer), gerando as ideias das instâncias de “cidadania deliberativa” citadas anteriormente. Estes são espaços criados, inclusive legalmente, para que a esfera pública aconteça. Como afirma o próprio Habermas: “as nossas reflexões do ponto de vista da teoria do direito revelaram que o elemento central do processo democrático reside no procedimento da política deliberativa” (HABERMAS, 1992, p. 296). Todavia, o que pode garantir a qualidade discursiva e qualidade política da esfera pública e suas deliberações, se mantemos modelos de gestão que privilegiam a opinião pública e a participação enquanto representação nos processo de tomada decisão? Em que medida podemos afirmar este espaço público como lócus da gestão social, quando este mesmo se apóia no conceito de parlamento, que é representativo? Na perspectiva da sociedade corporativa e organizacional, focada na racionalidade instrumental, até que ponto a gestão social busca exatamente delinear um novo padrão de ação para o desenvolvimento da sociedade? (ARAÚJO, 2012). Teoricamente, o próprio Habermas lembra que “o nível discursivo dos debates públicos constitui a variável mais importante” (HABERMAS, 1992, p; 304).

## **2 SOBRE O CONCEITO DE ESFERA/ESPAÇO SOCIAL**

Vistos os conceitos de gestão social e esfera pública, passemos a análise do que é a esfera social e como esta se constitui. Para tal é importante entender o que é o social que adjetiva a gestão. Para Arendt (2007, p. 32-33) indica que o termo “social” tem sua origem romana, sem qualquer equivalência na língua ou no pensamento grego. Para isso cita a tradução consagrada de Tomás de Aquino: “*homo este naturaliter, id est, socialis*” (o homem é, por natureza, político, isto é, social), o que revela inconscientemente como a concepção original grega de política havia sido esquecida. Isso leva a um erro interpretativo na tradução latina do “social” como “político”. O uso latino da palavra *societas* também remetia à política, embora num sentido limitado indicando aliança entre pessoas para um objetivo específico ou quando os homens se organizavam para dominar outros ou cometer um crime. Posteriormente, é com o conceito de uma *societas generis humani* (uma sociedade da espécie humana) que o “termo ‘social’ começa a adquirir o sentido geral de condição humana fundamental”. A autora destaca que essa concepção está intimamente ligada ao surgimento da cidade-estado na qual o homem recebera, além de sua vida privada (família), uma espécie de segunda vida

relacionada ao *bio politikos*, a esfera pública, em ação e discurso como meio de persuasão, com forma de responder, replicar e enfrentar aqui o que acontece ou o que é feito. Desse modo, pensar o social implica em resgatar relações e limites entre o social, o público, o privado, o político e a humanidade.

O erro interpretativo e o equacionamento das esferas política e social são tão antigos quanto a tradução latina das expressões gregas e sua adaptação ao pensamento romano-cristão. A distinção entre as esferas privada e pública corresponde à existência da esfera da família e da política como entidades diferenciadas e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado. A ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, ocorre na era moderna e encontrou sua forma política no Estado nacional (ARENDETT, 2007).

Esta discussão sobre a esfera social é retomada dentro dos estudos da sociologia francesa anos mais tarde. Inicialmente, o conceito de espaço social foi teorizado para compreender o lócus dos agentes sociais, cujos “posicionamentos” se daria muito mais pela compreensão de suas identidades e de seus capitais sociais acumulados, do que propriamente por atributos externos aos atores (PASSERON, 1994). A vasta obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu operacionaliza o conceito de Passeron e vem sendo utilizada desde a década de 1970, sendo capaz de trazer explicações para a realidade social, dialogando com distintos conceitos, como o de ação social e esfera de Max Weber e classe social de Karl Marx.

Bourdieu, como outros sociólogos, costumava se apoiar em metáforas espaciais ou geométricas para explicar singularidades e diferenças nas relações de hierarquia e pertencimento entre grupos sociais ou entre sociedades. Sua grande contribuição para as ciências sociais aplicadas com as definições de *espaço social*, *campo*, *habitus*, *poder simbólico* e da diversidade de *capitais* certamente corroboram para uma melhor análise da hipermodernidade e das lógicas que carrega em vários aspectos, inclusive na compreensão das inventividades e inovações científicas.

A ideia de espaço social para Bourdieu é apresentada no texto “Espaço Social e Espaço Simbólico” que introduz introdução à obra “Distinção”, de 1979, que aborda o tema da relação entre as práticas culturais e a afirmação social. Anuncia-se as condições para uma leitura relacional, estrutural e generativa do seu modelo. As noções de espaço social e espaço simbólico não são assim examinadas em si mesmas / por si mesmas, mas antes postas à prova na investigação, tentando o autor ultrapassar a dicotomia objetivismo/subjetivismo (BOURDIEU, 1979). Logo, a compreensão dos fatos sociais se daria pela problematização da interação entre os atores. Ao colocar a primazia sobre os atores, os analistas do espaço social

definem como seus principais corpos de conhecimento, além do próprio conceito de atores sociais, as relações sociais, a interconectividade, a participação social e da construção social do conhecimento (BOURDIEU, 2004).

O espaço social está constituído de tal forma que os agentes se distribuem nele em função da sua posição com relação ao acúmulo do capital econômico e o capital simbólico. O capital simbólico, sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento, que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior de um campo (BOURDIEU, 2004). A ideia de *campo*, portanto, pode ser relacionada a de espaço social e está centrada na hipótese de Bourdieu (1983, 1989, 1990, 2004), que entre dois polos muito distanciados, entre os quais se supõe, mesmo às vezes de modo “imprudente”, que a ligação possa se fazer, existe um “espaço intermediário” chamado de *campo*, um “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura e a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Na disputa do campo, cada agente busca concentrar certos *capitais*, como o financeiro, cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial ou simbólico e, de acordo com quantidade de capitais de cada agente, fica moldada *estrutura* do campo, delimitando posições e o que cada um dos atores pode fazer. Considera-se, portanto, que neste processo os agentes estão dispostos a criar *habitus*, ou seja, “maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, lavá-los a resistir, a opor-se às forças do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 28). O *habitus* exprime, sobretudo, a recusa uma série de alternativas que as ciências sociais encerraram como a consciência e inconsciência, mecanicismo, finalismo etc. Deseja-se evidenciar as capacidades “criadoras, activas e inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que esse poder gerador não é um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana” (BOURDIEU, 1989, p. 61). Desse modo, a palavra *habitus* ou *hexis* (equivalente em grego) remete a um conhecimento adquirido, um haver, um capital incorporado.

A partir da lógica bourdiesiana, o conceito de espaço social é, assim, mais espacialmente compreendido e problematizado do que o de esfera pública, pois este é modelizado como multidimensional. Se na esfera pública, sobretudo habermasiana, é o poder comunicacional a definir suportamente a posição dos atores, já que estes teriam em teoria acessos mais ou menos parecidos; no espaço social, sua multidimensionalidade acolhem classes de agentes diferentes, o que pode levar à compreensão de diferentes classes e frações destas de acordo com os estudos pretendidos pelos autores que utilizam tal conceito.



#### 4. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESFERA PÚBLICA, ESFERA SOCIAL E GESTÃO SOCIAL

O estudo das três noções parece indicar que, não obstante a gestão social seja frequentemente explicada em relação à noção de esfera pública, esta se aproximaria mais da noção de esfera social, sobretudo no plano ontológico, como buscaremos mostrar a seguir, a partir de uma síntese inicial apresentada na figura 2.

DIMENSÃO	Esfera Pública	Gestão Social	Esfera Social
Plano ontológico: Qual o lócus destas?	Se afirma pela contraposição ao lócus do espaço privado	interorganizações, desenvolvimento, políticas públicas numa visão pluricêntrica, coprodução de bens públicos	As relações de produção e governo de problemas públicos
Plano ontológico: características físicas/natureza	Plural/democrático aberto propício à invoação  resultado de dois planos intercruzados: estrutura democrática e dialogicidade  separação entre sujeito e objeto	Relacional, processual, dinâmico, fluído  Resultado de ações entre diferentes atores sociais públicos e privados  Sujeito e objeto se confundem.	multidimensional (hierárquico) relacional dinâmico propício à permanências  resultado de três planos intercruzados: propriedades relativas, posições sociais e estilos de vida.  união entre sujeito e objeto
Plano epistemológico: Quais os corpos de conhecimento que estão incluídas em cada uma delas?	Política Políticas Públicas Democracia Deliberação Participação	Políticas Públicas Economia solidária Tecnologias sociais Inovação social Território Desenvolvimento	Práticas (sociais) Sentido prático Relações sociais Interconectividade Atores sociais Participação social Construção social do conhecimento
Oposições	Ao espaço privado (enquanto lócus)	Não há oposições claras, mas ambivalências quanto ao lócus de atuação da gestão social	Ao espaço cartesiano (enquanto lócus)

Figura 2 – Aproximações e distinções ontológicas e epistemológicas dos conceitos de gestão social, esfera pública e esfera social

Fonte: Elaboração própria (2013)

A noção de esfera pública de Habermas está alinhada com a introdução de um novo tipo de razão que ele conceitua como comunicativa, diferenciando-se um pouco dos trabalhos de

Adorno e da Teoria Crítica. A razão comunicativa passaria a ser explicada como a lógica de produção de produção de consensos dentro de uma visão mais normativo-procedimental da sua teoria de democracia deliberativa. Habermas interpreta a estrutura de racionalidade social a partir de duas dimensões: de um lado, uma racionalidade que ele chama de sistêmica, mais instrumental e voltada a maximização da eficiência nas relações sociais e nas de produção, regida pelos subsistemas econômico e administrativo; de outro, o mundo da vida, cuja racionalidade seria de tipo comunicativo, mais próximo da palavra oral, transmissoras de valores e tradições, cujos consensos são mediados por atos comunicativos.

As relações entre estas duas racionalidades e seus espaços de domínio não seriam, todavia, para Habermas muito fáceis, mas, sim, marcadas pela tensão de cooptação e captação do mando da vida pelos subsistemas econômico e administrativo. Ao modelizar esta tensão, Habermas defende que a democracia deveria ser uma forma de defesa do mundo da vida, pelo fomento de organização de movimentos sociais, mas também de espaços de deliberação. Com isto, o autor interpreta a esfera pública como o espaço tenso de debates e uso público da razão por parte de atores sociais que lutariam argumentativamente contra a cooptação e captação do mundo da vida, em teoria o único capaz defender a produção de bens públicos, gerando pactos políticos que poderiam ser implementados nas agendas institucionais de governo.

Nesta perspectiva, a esfera pública habermasiana acabou por atribuir um peso às competências lógico-argumentativa dos atores sociais que não pode ser vista como um dado de fato constituidor de todo e qualquer ator social. E esta compreensão é facilmente encontrada na literatura sobre gestão social, que rechaça a homogeneização das competências comunicacionais dos atores, assim como a primazia da competência lógico-argumentativa sobre outras competências que levam em consideração a sensibilidade compreensiva e afetiva dos atores, por exemplo. Além disto, é muito comum nos estudos de caso de práticas de gestão social, encontrarmos uma defesa explícita dos processos de construção de conhecimento mais dialógicos, que rechaçam o domínio de competências lógico-argumentativo em detrimento de compreensões sinestésicas de experiências de percepção coletiva.

Uma outra verdade vinculada à noção de esfera pública que pode facilmente ser negada por um olhar panorâmico sobre a produção em gestão social concerne à compreensão de uma certa boa vontade em pelo menos parte do público que comporia tais espaços formais de deliberação, pois este pode, facilmente, estar completamente cooptado e captado pelo subsistema econômico, como os estudos de caso sobre conselhos gestores mostram (BOULLOSA et al, 2012).

Estas questões que distanciam as noções de gestão social e esfera pública podem ser em parte as que aproximam a gestão social da esfera social. Para começar, podemos compreender que há aproximações entre as noções de esfera pública e esfera/espaço social em Boudieur, pois, se para o primeiro há uma tentativa perene de colonização do mundo da vida pelo subsistema econômico como consequência da luta entre razão instrumental e razão comunicativa, esta mesma luta se daria no campo simbólico pela produção de senso comum. Em outras palavras, uma luta pelas operações de problematização e etiquetagem dos problemas. Entendemos que tal conceito muito mais se aproxima como o construto gestão social, já que inclusive une polos teoricamente distantes e até antagônicos. Essa união necessária, porém de certa forma “bipolar” entre gestão e social, configura um “lugar de uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências” (BOURDIEU, 1990, p. 120) dos diferentes atores públicos e privados envolvidos na gestão social, gestão do social e pelo social.

Além disso, a natureza relacional do espaço social também é um pouco diferente da esfera pública, pois a primeira é resultados não dos atores, mas, sim, da relação dialógica e dialética entre tais atores, que se movem e constroem suas tramas relacionais a partir das afinidades (e oposições) identitárias que estabelecem entre outros atores (que possivelmente estão em uma mesma dimensão) e das compreensões que possuem dos outros atores.

Outra característica da natureza do espaço social é a sua dinamicidade, pois as relações de identidade entre atores está constantemente sujeita a mudança, modelizada por embates ou trocas tensas constantes entre interpretações simbólicas e processos de etiquetagem de problemas e bens públicos. Em outras palavras, os atores competem na definição de problemas e bens, numa luta ideológica e de poder.

O que parece mais se contrapor é que o conceito de esfera social já carrega consigo a compreensão da desigualdade na distribuição dos recursos entre os atores que o compõe. Parte desta desigualdade é explicada pela estratificação do espaço em classes sociais e frações destas, mas, ainda entre uma mesma dimensão, algumas desigualdades permanecem. As relações vão sendo redefinidas constantemente pela própria interação hierarquizada e tensa entre os atores, de acordo com os seus recursos, os quais, para Bourdieu (1990, 2004), eram vistos como o conjunto de capital social (econômico, cultural, simbólico e social) destes.

Assim, a realidade é o produto das interações possíveis entre os atores (de fato, para Berger e Luckmann, a estrutura social é a síntese das tipificações socialmente aprovadas e dos padrões recorrentes de interação social que são estabelecidas, por sua vez, pelas próprias tipificações - ainda que Bourdieu tenha apontado limitações para esta fonomenologia mais pura). Com isto, Bourdieu reafirma a forte vinculação entre indivíduo e sociedade, criticando a oposição que

havia, a sua época, entre estes, pois, com isto, o espaço social explica que o indivíduo é modelizado pela sociedade ao mesmo tempo que a modela (para além da aparência fenomênica dos fatos sociais).

Do ponto de vista da pesquisa, para Bourdieu (1990, 2004), dada a nossa relação com objeto de pesquisa, grande parte do trabalho de pesquisa deveria ser concebido como um procedimento de objetivação. Claro que a objetivação de Bourdieu de certa forma se distancia da etnometodologia e a psicologia social, muitas vezes cara a estudiosos de gestão social. Além do procedimento de objetivação, propõe-se a compreensão como segunda etapa da pesquisa. A compreensão leva em consideração, ou melhor, confronta, os pontos de vista (representações, valorações e classificações) dos atores sociais em sua estrutura social, ou seja, dos pontos de vista situados no tempo e no espaço (ou seja, objetivados), deixando de lado a consideração de um sujeito transcendental da fenomenologia clássica. Deste modo, podemos salientar que, de fato, a gestão social em sua polissemia e processo de construção, vem delimitando os seus objetos (políticas públicas, interorganizações, economia solidária etc.), mais pela compreensão, que pela objetivação.

A partir das considerações feitas até então, montamos um quadro-síntese sobre as aproximações dos conceitos de esfera pública, esfera social e gestão social, sem a pretensão de exaurir a discussão sobre o tema, naturalmente.

## **5. REFLEXÕES FINAIS**

Este ensaio teórico buscou contribuir com o debate acerca do conceito de gestão social, problematizando-o em suas relações de pertinência com dois outros conceitos: esfera pública e esfera social. Seu ponto de partida foi a percepção de uma presença crescente da associação entre tais duplas de conceitos (gestão social com esfera pública e gestão social com esfera social) nas apresentações de artigos nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs). O dupla formada com a esfera pública é bem mais presente e, deve ser observado, que muitas vezes o conceito de esfera ou espaço social é utilizado, nas apresentações sobretudo, quase como sinônimo de esfera ou espaço público. A proximidade entre gestão social e esfera pública chega a alcançar uma expectativa de interação muito alta, como contida nas palavras de Schommer e Boullosa (2012), ao discorrer sobre a temática central do V Enapegs (2010), realizado em Florianópolis – SC, reforçando a importância da aproximação entre os conceitos de gestão social e de esfera pública:

(...) parece ter colocado nova luz sobre um movimento crescente de revisão das fronteiras entre gestão pública, gestão privada e gestão social. Esta luz parece indicar que a gestão é social quando a compreensão da ação de gestão se dá em um contexto de problematização da produção do bem público, independente da posição do ator, o que aproximaria o problema das *fronteiras* da gestão social ao problema da sua *natureza* linguagem (SCHOMMER, BOULLOSA, 2012, p. 10)

Essa aproximação pressupõe, porém, a compreensão de que o *bem público* não pode ser o produto direto de um ator ou conjunto de atores, sendo um subproduto resultante da ação social não orquestrada. Além disso, Schommer e Boullosa (2012, p. 11), apontam, ao que parece, que a gestão é ainda mais social “quando a compreensão dos efeitos da ação de gestão sobre um futuro coproduzido modela a ação de gestão do presente, produzindo um diálogo entre atores de uma arena que só existe em função do observador-gestor-social, cuja natureza não é disciplinar e cujas fronteiras são apenas fronteiras de aprendizagem”. A explicação das autoras parece indicar uma compreensão processual e inclusivistas da produção de conhecimento, diferente da proposta habermasiana.

Corroborando, deste sentido, Giannella (2008), aponta a necessidade de vencer a dicotomia entre a razão e a emoção no campo da gestão social, na qual a razão é o instrumento para acessar a esfera pública, enquanto a segunda, por ser “irracional” permanece interdita. Logo, pode-se afirmar, que a lógica da esfera pública habermasiana beira a instrumentalidade, não sendo uma falácia a sua possível neutralidade. Podemos exemplificar isso, por exemplo com os instrumentos de participação social mais difundidos no país que são os conselhos gestores de políticas públicas. Apesar de epistemologicamente e legalmente serem considerados espaços de igualdade de participação, sabe-se que na prática, prevalecem as lógicas participacionista da representação ou da informação coletiva. Logo, o poder de voz habermasiano pode ser questionado, lembrando ainda que na esfera pública, os atores normalmente têm papéis previamente definidos; enquanto que na esfera social, não.

A partir da problematização de cada um destes três conceitos, buscamos discutir as possíveis relações entre eles, nos planos ontológico e epistemológico, tomando como eixo central a gestão social. Como resultado, concluímos que a gestão social não obstante se refira com muito mais frequência à noção de espaço público, sobretudo na visão habermasiana, acaba por se aproximar muito mais da noção de esfera/espaço social, sobretudo no plano ontológico, que problematiza a natureza do objeto de estudo, muito mais política para Bourdieu do que para Habermas, em maior sintonia, pelos nossos estudos, com a gestão social.

## Referências

- ARAÚJO, E. T. (In)Consistências da Gestão Social e seus processos de Formação: um campo em construção. **Tese**. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, São Paulo: PUC-SP, 2012.
- ARAÚJO, E. T.; GIANNELLA, V.; OLIVEIRA-NETA, V. M.; SCHOMMER, P. C. Gestão social como possibilidade de ampliação da esfera pública: o que desejamos no V Enapegs? In: SCHOMMER, P. C; BOULLOSA, R. F **Gestão Social como caminho para redefinição da esfera pública**. Florianópolis: Udesc, 2011, p. 15-30 (Coleção Enapegs, v. 5)
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social?. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação em Administração, XXXII. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa?. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, III 2009, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). **Anais...**, 2009.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004 [1997].
- \_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade)
- \_\_\_\_\_. O campo científico In: \_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CANÇADO, A. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **Tese**. (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Lavras, Lavras-TO: Ufla, 2011.
- CANÇADO, A; SILVA JR, J. T.; SCHOMMER, P. C., RIGO, A.S. **Os desafios da formação em Gestão Social**. Palmas-TO: Provisão, 2008.
- CANÇADO, A.C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro: FGV, Set. 2011.
- DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.
- FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JR; J. MÁSIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social**. Práticas em debate, teorias em construção. Liegs/UFC: Juazeiro do Norte – CE, 2008, p. 26-37
- \_\_\_\_\_. Gestão Social: um conceito em construção. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, IX, **Anais...**Salvador: Ciags/Ufba, 15 a 19 de junho de 2003 (Cd-Rom).
- GIANNELLA, V. Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em Gestão Social. In: CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR, Jeová Torres; SCHOMMER,

Paula Chies, RIGO, Ariádne Scalfoni. **Os desafios da formação em Gestão Social**. Palmas-TO: Provisão, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol. I e II.

IIZUKA, Edson Sadao; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos *ENAPEGS* de 2007 a 2012. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, XII, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: EDUFBA, CIAGS, 2012, v.1, p.1

MAIA, M. Práxis da gestão social nas organizações sociais - uma mediação para a cidadania. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC-RS, 2005a.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1994.

PIMENTEL, M. P. C; PIMENTEL, T. D. Gestão social e esfera pública: noções e aproximações. In: Congresso Virtual Brasileiro de Administração – Convibra, 2010, (s.l): Convibra, 2010. Disponível em: [http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_1599.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_1599.pdf) Acesso em 02 abr. 2012

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A.S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

SCHOMMER, P. C; BOULLOSA, R. F **Gestão Social como caminho para redefinição da esfera pública**. Florianópolis: Udesc, 2011, p. 15-30 (Coleção Enapegs, v. 5)

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA-FILHO, G. A. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JR; J. MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social**. Práticas em debate, teorias em construção. Liegs/UFC: Juazeiro do Norte – CE, 2008, p. 58-83.

SILVA JR; J. MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social**. Práticas em debate, teorias em construção. Liegs/UFC: Juazeiro do Norte – CE, 2008 (Coleção Enapegs, 1)

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR; J. MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social**. Práticas em debate, teorias em construção. Liegs/UFC: Juazeiro do Norte – CE, 2008, p. 37-57

\_\_\_\_\_. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

TEODÓSIO, A. S. S. Parcerias Tri-Setoriais em Políticas Públicas: Desafio para o Entendimento de seus Desdobramentos na Esfera Pública. In: RIGO, A.S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010

WANDERLEY, L. E. Enigmas do social. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. 3 ed. Rev. Amp. São Paulo: EDUC, 2008, p.167-226.

\_\_\_\_\_. Rumos da ordem pública no Brasil. A construção do público. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, nº.4, São Paulo: SEADE, out./dez. 1996, p. 96-106.